

Sexualidade, identidade de gênero e ensino religioso: meditações e desdobramentos na educação básica

Sexuality, gender identity and religious education: meditations and developments in basic education

Cidimar Andreatta¹

Giovana Penha Zaché Manfioletti²

Resumo: Este artigo objetiva propor um diálogo entre sexualidade e identidade de gênero, compreendidos como parte dos conteúdos curriculares da Educação Básica e relacionando-os aos conhecimentos da disciplina de Ensino Religioso. Dividido em três seções, este trabalho parte de uma revisão bibliográfica, com foco qualitativo em variados documentos sobre a temática. Na primeira, discorre-se sobre o pensamento judaico-cristão, a construção da masculinidade, o poder patriarcal e a padronização da sexualidade na sociedade. Na segunda, apresenta-se o entendimento religioso, médico, científico e social sobre o corpo, a sexualidade e a identidade de gênero, inseridos historicamente no sistema de ensino brasileiro. Na última, trazem-se apontamentos sobre como a sexualidade e identidade de gênero estão implementados na Base Nacional Comum Curricular - BNCC, relacionando os conteúdos atitudinais e procedimentais da Educação Básica aos conteúdos da disciplina de Ensino Religioso, de modo a se erigir saberes sobre empatia e equidade. Os resultados do trabalho demonstram a dificuldade de se

Artigo recebido em: 24 de jan. de 2023

Aprovado em: 18 de fev. 2023

¹ Doutor em Ensino de Ciências e Matemática pela Universidade Cruzeiro do Sul - UNICSUL. Membro do Grupo de Pesquisa de Estudos Avançados em Educação Matemática - GPEA-EM/UNICSUL. E-mail: cidimarcol@gmail.com

² Mestranda em Ciências das Religiões pela Faculdade Unida de Vitória; Pós-graduada em Formação Socioeconômica do Brasil, pela Universidade Salgado de Oliveira. Graduada em Geografia pela Faculdade Castelo Branco e em Pedagogia pela Universidade de Uberaba. E-mail: gp_z@hotmail.com

construir um ambiente escolar livre de preconceito e discriminação, uma vez que é visível a negação dos órgãos de gestão e a falta de uma formação que propicie discussão sobre a sexualidade e identidade gênero, no espaço escolar.

Palavras-chave: Corpo. Masculinidade. Sexualidade. Ensino. Religião.

Abstract: This article aims to dialect sexuality and gender identity understood as part of the curricular contents of Basic Education, related to the knowledge of the discipline of Religious Education. Divided into three chapters, part of a literature review, with a qualitative focus on various documents on the subject. The first will discuss Judeo-Christian thought, the construction of masculinity, patriarchal power and the standardization of sexuality in society. The second presents the religious, medical, scientific and social understanding of the body, sexuality and gender identity historically inserted in the Brazilian education system. In the last one, notes such as sexuality and gender identity are implemented in the Common National Curriculum Base - BNCC, relating the attitudinal and procedural contents of Basic Education and the contents of the discipline of Religious Education, for the construction of knowledge about empathy and equity. The research results demonstrate the difficulty of building a school environment free from prejudice and discrimination, since the denial of both management bodies and training to discuss sexuality and gender identity in the school space is visible, proven between the lines of this study.

Keywords: Body. Masculinity. Teaching.

Introdução

O presente artigo pretende discorrer, discutir e dialetizar sobre as barreiras hegemônicas, masculinizantes e heteronormativas inseridas na sociedade brasileira, assunto levado para os estudos dos conteúdos disciplinares da Educação Básica, especificamente na área de conhecimento de Ensino Religioso. Inicialmente, propõe-se compreender, dialeticamente, no sentido filosófico da palavra, quais são as implicações que sustentam ideologias sobre masculinidade, hegemonia de gênero, individualidade, orientação sexual e identidade e que conceituam o masculino e feminino no sistema educacional brasileiro. No segundo momento, investiga-se os desdobramentos históricos deste pensamento nos conteúdos curriculares inseridos na Base Nacional Comum Curricular³ - BNCC, focados para a disciplina de Ensino Religioso.

³ BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em:

Segundo Martins (2013)⁴, o discurso patriarcal é guiado pelo fundamentalismo religioso judaico-cristão desde os primórdios da educação brasileira, induzido pela via da catequização e difundido socialmente e cientificamente no percorrer dos séculos. Estes conceitos morais e ideológicos, ratificando a supremacia do poder masculino, foram disseminados ora pela estável relação da Igreja com a Monarquia, passando pelos movimentos gerados de consolidação do poder da burguesia, até chegar à atualidade com o novo discurso religioso que ainda gera preconceito e discriminação, sem a real compreensão da complexa teia das subjetividades humanas, que entrelaça os fios para estruturação de novas identidades sociais, masculinas ou não, ora guiadas pela liberdade de expressão, ora pelo conservadorismo social. Assim,

o gênero é uma categoria central, solidamente incorporada, sexuada e institucionalizada. Os discursos de gênero estão nas origens da separação e da delimitação de espaços, de valores e de práticas que são naturalizadas, operando numa lógica binária muito presente na modernidade e nas suas múltiplas narrativas.⁵

Fatidicamente, é na escola que as questões sobre sexualidade surgem em diversos momentos, nos cartazes indicativos das portas do banheiro, nos uniformes, nas escritas dos muros, paredes, em conversas, na formação de grupos por afinidades, nos corredores, no recreio e até nas mediações dentro e/ou fora da sala de aula. Assim é visível que a maioria dos eventos que acontecem no espaço escolar estejam impregnados de signos⁶ que denotam identidade de gênero e sexualidade. Todavia, as atitudes voltam-se para o emprego de práticas sexistas, a fim de afirmar a superioridade masculina e o uso de elementos formais heteronormativos difundidos pela sociedade. À medida que estes temas são contextualizados nas aulas, existe a tendência de sustentar e reproduzir conceitos para manutenção da supremacia masculina dominante às mulheres, guiados pela visão

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_ver_saofinal_site.pdf. Acesso em: 02 mar. 2021.

⁴ MARTINS, Ana Paula Vosne. Bondade, substantivo feminino: esboço para uma história da benevolência e da feminização da bondade. *História: Questões & Debates*, v. 59, n. 2, Dez, 2013. p. 143-170.

⁵ MARTINS, 2013, p. 147.

⁶ A noção de signo aqui será tratada como na visão estruturalista de Saussure, em sua obra, marco da linguística moderna, *Curso de Linguística Geral* (1916).

judaico-cristã, desenvolvida, fomentada e impregnada na sociedade brasileira desde a colonização, passando pela educação catequética com resquícios na atualidade.

Segundo Gastald e Silva (2018, p. 02-03)⁷, este pensamento hierarquizante fundamentou-se a:

pensar a masculinidade a partir da ótica do discurso religioso se dá visto que, tais preceitos e histórias descrevem um modo operante de ser homem, mostrando a construção de uma tradição caracterizada pela hierarquia do homem sobre a mulher. Esta condição favoreceu o homem colocando-o numa posição de destaque na estrutura social e atestando seu reconhecimento e lugar privilegiado na sociedade.

Portanto é coerente estipular como foco deste estudo a necessidade de produzir argumentos capazes de romper com as diretrizes e normas sociais impostas ora pela igreja, ora pelo Estado e hoje pela globalização, uma vez que ainda sustentam o pensamento ideológico, hegemônico e heteronormativo dentro dos conteúdos disciplinares na Educação Básica, no Ensino Religioso e nos espaços tanto religiosos, quanto não religiosos.

Perante tal apontamento, propomos os seguintes questionamentos no desenvolvimento da pesquisa: como o pensamento judaico-cristão fomentou a sociedade brasileira em um modelo patriarcal com a padronização da sexualidade? Como as questões sobre corpo, sexualidade e Identidade de Gênero foram inseridas historicamente nas instituições escolares? Como a sexualidade e identidade de gênero estão sendo discutidas e implementadas na BNCC para Educação Básica especificamente na disciplina de Ensino Religioso? A estrutura retórica dessa problemática ainda nos remete a outros questionamentos importantes os quais deverão ser explorados em novos trabalhos.

Para discutir tal concepção e suas implicações nos dias atuais, optamos por metodologia de cunho qualitativo, que envolverá, além de pesquisa bibliográfica, procedimentos investigativos de caráter exploratório e interventivo. Desta maneira, este trabalho está sistematizado de forma teórico-descritiva, apresentando discussões dialéticas ou complementares à temática, sustentado pelos teóricos:

⁷ GASTALD, Renata Maioli Rodrigues; e SILVA, Rafael Bianchi. DE ADÃO A EVA: a construção da masculinidade a partir do discurso do cristianismo. Instituto Federal do Paraná. V. 3. 37. n.º 2. Curitiba: Revista Mundi Sociais e Humanidades. Jan/jun. 2018.

Martins (2013), Bertol e Mattos (2005), Louro *et al.* (2000), Louro (2004), Gastald e Silva (2018), Foucault (1997), Freud (1996), Junqueira (2002), além dos BNCC (2015, 2016 e 2018).

Portanto este estudo oportunizou estudar temáticas sobre: gênero, sexualidade homossexualidade, binarismo, hegemonia e heteronormatividade; e nos ajudou a aprofundar conceitos discutidos socialmente pelo viés religioso e conservador na sociedade, levando o assunto a ser inserido no espaço escolar, para assim compreender as consequências que sofrem os sujeitos ao adotar uma forma diferente de performar sua sexualidade no ambiente escolar, e ainda ser incluído nela, como sujeito de direitos.

2. Desenvolvimento

O entendimento da palavra sexualidade perpassa por uma infinidade de conceitos paradoxalmente relativizados e individuais, desenvolvidos e propagados ou pela religião ou pelas relações sociais vivenciadas na humanidade. Para Louro (2000)⁸ a sexualidade se fundamenta pela busca do prazer, o descobrimento das sensações percebidas ao simples toque, ou mesmo a atração por pessoas de sexo oposto ou não; o âmago é a obtenção do prazer pela satisfação dos desejos corporais. Em via dialética, está diretamente ligada à dependência dos fatores genéticos e culturais. Assim se percebe, por um lado, o entendimento sobre a sexualidade através do estímulo natural do sexo, desenvolvido pela natureza no ser humano, não modificável, visto e reconhecido pela Igreja e a biologia e; por outro, apresenta suas variações, que não seguem padrões religiosos ou sociais, de modo que o sujeito possa exercer sua liberdade e relacionar-se com outros sujeitos, obedecendo a subjetividades internas e coletivas do prazer, sem fronteiras ou adjetivações conservadoras.

Assim, alinhada à perspectiva desse trabalho, defende-se a ideia da educação sexual para a sociedade, por entendermos que esse tipo de educação, além de dar visibilidade aos sujeitos de direito, reestabelece, a partir das relações sociais construídas e desconstruídas pelas identidades humanas, os valores constitucionais que subjazem a esse tipo de exercício cidadão. Além do mais, a sexualidade também se relaciona com satisfação e desejo, entendida como linguagem corporal, identidade e símbolo de autoafirmação. De forma mais ampla, “a sexualidade envolve rituais, linguagens,

⁸ LOURO, Guacira Lopes *et al.* *O CORPO EDUCADO: PEDAGOGIAS DA SEXUALIDADE*. 2^a Ed. Belo Horizonte: Autêntica. 2000.

fantasias, representações, símbolos, convenções... Processos profundamente culturais e plurais”⁹.

Segundo Louro *et al.* (2000), para melhor compreensão histórica dos estereótipos sexistas vigentes, os quais são rotulados socialmente por um patrimônio inconsciente da coletividade para o modelo conservador sobre o sexismo, é notório o entendimento de paradigmas que ocultam uma visão de mundo injusta, guiando jogos de poder, colocando a heterossexualidade como o único caminho social. Frente à problemática, para a estudiosa, não é justo que o espaço escolar ainda seja capaz de reproduzir modelos que favoreçam a exclusão social. Por isso é necessário que a escola e a sociedade aprendam a conviver de forma harmônica com a diversidade e não aceitem situações que envolvam discriminação e preconceitos de gênero.

Contudo, sabe-se que diariamente se reforçam as lutas e organizações pelos direitos sexuais, reprodutivos, liberdade do sexo e reconstrução de novas identidades gerados pela ampliação do entendimento e aplicação dos direitos humanos na sociedade, desta forma estudos sobre a temática justificam-se para ampliar conhecimentos sobre as diversas áreas de formação humana na educação brasileira.

No dia-a-dia, no ambiente escolar, ocorrem situações desafiadoras e frustrantes para os estudantes relacionados à problemática sexual, a saber, gravidez, aborto na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis – DST’s, o medo ou o remorso em relação à masturbação, o preconceito e a rejeição com a própria homossexualidade, bem como os preconceitos estabelecidos pelo viés religioso social. Vejamos mais sobre essa problemática no próximo tópico.

2.1 O pensamento judaico-cristão, o poder patriarcal e a padronização da sexualidade

O intuito desta seção não é discorrer sobre os fundamentos da religião, mas sim a forma pela qual se propagam os adjetivos impostos para o ser masculino, compreendendo que diferentes tempos históricos constroem conceitos e pressupostos morais. Para Junqueira (2002)¹⁰ a educação brasileira ocorreu com bases morais da Santa Igreja, em movimento de contrarreforma ao novo segmento religioso protestante que se alastrava em toda a Europa. A formação

⁹ LOURO, 2000, p. 6.

¹⁰ JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. *O processo de escolarização do ensino religioso no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002.

humana era oriunda de uma educação humanística, apresentando o caráter catequizador, disciplinador, com a imposição da adesão ao catolicismo e à heteronormatividade. O objetivo era estimular a reprodução, formar novos adeptos ao catolicismo e também orientar para não se contestar os interesses tanto da Igreja, quanto da Monarquia. Os ensinamentos tinham fortes bases para formação moral da sociedade, e tinham o apoio dos preceitos da Bíblia Sagrada. Este livro se tornou o regulador social da humanidade. De acordo com Gastald e Silva (2018), o discurso bíblico delimita papéis sociais, mediando modelos hegemônicos, apresentando uma única verdade que embasa uma gama de costumes e crenças, os quais orientam historicamente os papéis sociais ao longo da vida de um sexo submisso a outro.

Para Durkheim (2003)¹¹ a religião desempenha uma coerção social, seu objeto de ação está na repressão sobre o indivíduo, garantindo a continuidade da representação de papéis sociais no mundo, fortalecendo as tradições e permanência dos traços culturais. É através da religiosidade que se geram reflexões e respondem-se às inquietações dos contextos coletivos. Elas também fornecem aparatos para manifestações e representações simbólicas a partir da necessidade social local. Assim, “[...] ao mostrar que a religião é inseparável da ideia de igreja, ele [o segundo elemento] faz pressentir que a religião deve ser uma coisa eminentemente coletiva”¹². Para o sociólogo, o fenômeno religioso é orgânico, mas formado por partes específicas que desempenham determinadas funções relacionadas à sociedade. De forma complementar, Blackham (1967)¹³ afirma que a religião é “[...] um fato social e se desenvolve em contextos sociais, e tem sido constantemente extraída da sociedade para o contexto da vida pessoal”¹⁴.

Desta forma o discurso acerca da dominação e superioridade masculina ganha legitimidade e materialidade através da religião, que tem a função de delimitar o comportamento social de cada indivíduo, esse discurso é apoiado pelo emprego de práticas hegemônicas, sexistas e autoritárias. Por conseguinte, “[...] a vida humana articula-se em cultura e essa, por sua vez, vincula-se à vida concreta de um povo”¹⁵. Compreende-se que o indivíduo ao nascer já está

¹¹ DURKHEIM, Émile. *As formas Elementares da vida Religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

¹² DURKHEIM, 2003, p.32.

¹³ BLACKHAM, Harold John. *A religião numa sociedade moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

¹⁴ BLACKHAM, 1967, p.17.

¹⁵ ZILLES, Urbano. *A modernidade e a Igreja*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.

condicionado a determinadas tradições, convenções sociais e costumes que se ligam à cultura. Mas é responsabilidade da religião demarcar o caminho a ser percorrido pelo sujeito para condução da vida. Segundo Lemos (2008)¹⁶ ao levar o entendimento para compreensão bíblica, condutora das relações sociais e enxertada pela tradição judaico-cristã, percebe-se que nos textos não se faz referência a uma deusa superior, uma representante feminina condutora dos homens, o papel da mulher desde os primeiros capítulos é visto pela ótica da inferioridade, desta forma:

A representação social da masculinidade relaciona-se intimamente com a religião. A própria ideia de Deus é marcada pelos atributos físicos e subjetivos da masculinidade: força, autoridade, barba, cabelos grisalhos, potência, coragem etc. Deus jamais é representado (pinturas, discursos, práticas) enquanto um homem com características atribuídas às mulheres (emoção, doçura, afeto)¹⁷.

Para Nunes (1987)¹⁸ o livro de Gênesis apresenta uma posição política e sexual, à medida que Deus cria a mulher a partir de uma costela, coloca simbolicamente a dependência da mulher ao homem, em oposição esse é apontado como senhor de todas as coisas. De forma complementar, verifica-se que as trilhas deixadas pelas mulheres, nos textos sagrados, serviram para endossar a hegemonia masculina na história.

Para Almeida e Gomes (2013)¹⁹, o papel da mulher é sempre secundário, subjazendo aí uma ideologia masculinizante, que sufoca a figura feminina, sob o pretexto de adjetivações e visões positivas. Ela é sempre colocada para ser vista como companheira, com a função de servir, procriar e educar. Um dos maiores exemplos está no Evangelho: “Então disse Maria: Eis aqui a serva do Senhor, faça-se em mim segundo a sua palavra”²⁰. É notório que a função social da mulher neste contexto positivista é inferior e de submissão,

¹⁶ LEMOS, Fernanda. A Representação Social da Masculinidade na Religiosidade Contemporânea. São Paulo: Revista do Grupo de estudos de Gênero e Religião Mandrágora/ Netmal. v. 1, p 7-17 In Revista, 2008.

¹⁷ LEMOS, 2008, p. 12.

¹⁸ NUNES, César Aparecido. *Desvendando a Sexualidade*. Campinas: Papirus, 1987.

¹⁹ ALMEIDA, Jane Soares; GOMES, Calil Siqueira. De Eva a Maria: a Igreja e o matrimônio católico - educação religiosa e normas de conduta para mulheres. Série-Estudos. [S.l.], p.253-264, dez. 2013.

²⁰ BÍBLIA, Sagrada Bíblia Católica. Trad. José Simão. São Paulo: Sociedade Bíblica de Aparecida. 2008. Lc,1:38.

precisando ter uma eternidade de negação da sua essência sexual, uma pureza sobre humana, rótulos de fraqueza carregados por toda vida, assim:

A Igreja Católica associava a figura das mulheres, feitas à imagem de Maria, com a pureza de corpo e espírito, enquanto as desviantes, transgressoras, principalmente as prostitutas, seriam ligadas à maldade, à perfídia, ao pecado e à decadência. Se as primeiras eram o espírito e a santidade, as outras seriam carnavais e pecadoras, levando os homens à corrupção do caráter e do corpo. Ambas deveriam ser submissas e dependentes, pois a ordenação social assim o exigia; e a ordem natural das coisas não deveria ser questionada por aquelas que eram as destinatárias de um processo de controle ideológico altamente repressor quanto à sexualidade²¹

Para Nunes (1987) outro ponto bíblico importantíssimo sobre representação da sexualidade vê-se nos apontamentos sobre passividade e esterilidade, características direcionadas exclusivamente à mulher, ao homem não se verifica menções enquanto sujeito estéril, só elas que tinham essa anomalia dada por Deus e apenas ele era capaz de restitui-lhes a fertilidade. Na esterilidade enfatizava-se a fé, obediência e crença em Deus, em troca das quais Ele propiciava à mulher uma maternidade como recompensa de sua passividade e servidão constante, sem reclamar. A esterilidade masculina nunca foi contestada, este desvio ficava restrito às mulheres por não serem fiéis e tementes ao criador suficientemente para terem o dom da maternidade. Na visão sexual são apresentados dois tipos de mulheres: as virtuosas, dignas do amor do esposo e do olhar misericordioso de Deus; e as ímpias, as adúlteras, pecadoras e sedutoras na iminência do apedrejamento. Desta forma a imagem positiva da mulher atribui-se ao papel de mãe, até mesmo as estéreis, serão recompensadas no fim da vida, pela servidão e obediência, com a maternidade, oriunda de uma fé inabalável e as outras desviadas, uma artimanha do demônio para acabar com os valores familiares.

Na Bíblia Sagrada, as desviadas eram vistas negativamente, pois, segundo Nunes:

²¹ ALMEIDA e GOMES, 2013, p. 257.

a adúltera era apedrejada e a menstruação era tida como impureza. A mulher era discriminada e semiescravizada pelo marido, pai ou senhor. Exigia-se um dote para que um homem comprasse sua esposa. A poligamia era a norma comum²².

Nas escrituras sagradas está visível que todo ato pecaminoso era culpa apenas da mulher, que por ter sua natureza desviante, carrega o crime do pecado original passado de geração em geração, ocasionado por sua desobediência, ao comer o fruto proibido. Para as escrituras, esta atitude de Eva determina o posicionamento de submissão da mulher na escala social para o resto dos dias que existir na humanidade, um pensamento equivocado, pois o pecado foi realizado por ambos, contudo, para sustentar a dominação masculina sobre a mulher, este discurso foi disseminado no decorrer dos anos, pela igreja à humanidade.

Outro ponto importante é a naturalização da violência do homem contra a mulher, hoje denominado por feminicídio. Nos textos bíblicos são enfáticos apontamentos sobre castigos e penas, aplicados às mulheres que adulteravam. Segundo Assis e Munerato (2013)²³, existe uma diferença no trato entre crime e pecado, a mulher traindo o marido conferiam-lhe a morte, enquanto o mesmo ato realizado pelo esposo não era considerado um crime.

Este modelo sexista de poder acaba gerando a naturalização na violência doméstica contra a mulher na sociedade atual, como também sobre as pessoas que apresentam posturas consideradas desviantes, tais como a homossexualidade, o lesbianismo e demais designações que refletem a performance sexual dos indivíduos, mas não atendem aos padrões heteronormativos. Para Chouraqui (1990)²⁴ este pensamento hegemônico é passado indiretamente ao seio social, estimulando naturalmente as práticas de violência simbólica de um indivíduo sobre o/a outro/a, dando a impressão de posse, poder sobre a vida deste/a outro/a, e o que não está enquadrado neste contexto é digno de apedrejamento, lixamento, xingamentos e humilhação. Assim, os estereótipos femininos são apresentados nas sagradas escrituras:

²² NUNES, 1987, p. 64.

²³ ASSIS, Anne Caroline Moraes de; MUNERATTO, Bruno Gustavo. Geni apedrejada, Madalena arrependida e Maria santificada: relações entre a misoginia no imaginário cristão e o respaldo ideológico na perpetuação da violência contra a mulher. *Revista Diálogos Acadêmicos*, v. 2, n. 2, jul./dez. 2013.

²⁴ CHOURAQUI, André. *Os homens da Bíblia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

De Eva à Sulamita do Cântico dos Cânticos, a Bíblia pinta uma impressionante galeria de mulheres. A mãe, a esposa, a rainha, a mulher-soldado, a feiticeira, a concubina, a adúltera, a profetisa, a noiva, a irmã, a prostituta, a espiã, a sedutora, a intrigante, a mulher de negócios, a chefe do clã, a tentadora, a amorosa [...] todas elas figuram nessa extraordinária legenda dos séculos de Israel, que se estende por quase dois milênios²⁵.

A estudiosa Lemos (2008) complementa e afirma o pensamento de Chouraqui, ao afirmar que existe uma grande diferença entre os adjetivos determinados para a figura feminina em relação à figura masculina. O homem era o provedor, homem da casa, guerreiro, senhor. Para a estudiosa “[...] o cristianismo foi uma das instituições que mais contribuiu para a inserção do homem enquanto provedor e mantenedor da moral e ‘dos bons costumes’”²⁶. Antagonicamente, na passagem do Antigo para o Novo Testamento, algumas abordagens são observadas na mudança de posição nas relações sociais entre o homem e a mulher, instaura-se a afetividade, mediada pelas palavras de Jesus Cristo, que propõe e institui o amor com novos princípios.

Nos escritos bíblicos, em todas as passagens que possuem mulheres de atos e culturas diferentes da judaica, apresenta-se Jesus colocando a figura feminina ao seu lado, nunca como serva, escrava ou concubina, mas como companheira, valorizando o trabalho e a luta.

Para Badinter²⁷ existe indiretamente uma ampliação da visão feminina, todavia essa visão é distorcida pelos apóstolos e teólogos deturpando a mensagem e interpretação nos anos posteriores para consolidação da Igreja de Cristo. Na Epístola de Paulo²⁸, seus escritos exerceram fontes fundamentalistas para o papel histórico da condição submissa da mulher na atualidade. Para a estudiosa, foi o Apóstolo São Paulo que obscureceu a figura feminina, caluniando os poucos direitos conquistados nos novos ensinamentos, “Vós, mulheres, sujeitai-vos a vossos maridos, como ao Senhor”²⁹, expondo

²⁵ CHOURAQUI, 1990, p. 45.

²⁶ LEMOS, 2011, p.13.

²⁷ BADINTER, Elisabeth. Um amor conquistado: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1985.

²⁸ Epístola de São Paulo aos Efésios. Cap. 5, vers. 21-33. Disponível em: <http://www.di.ubi.pt/~jpaulo/biblia/Efesios.htm>. Acesso em: 14 mai. 2021.

²⁹ Epístola de São Paulo aos Efésios, 2021, Vers. 22.

novamente a sujeição feminina em relação à masculina, distorcendo a teoria da igualdade e modificando o sentido moral que Jesus propôs inicialmente.

O Apóstolo ainda complementa explicando “porque o marido é a cabeça da mulher, como também Cristo é a cabeça da igreja, sendo ele próprio o salvador do corpo”³⁰. Visivelmente, é dado um novo sentido à relação conjugal, onde apenas o homem deve ser a cabeça pensante, e a mulher receptora acrítica das ações dele, inferiorizando a participação feminina no contexto familiar, estabelecendo novamente a relação de dependência ao casal “De sorte que, assim como a igreja está sujeita a Cristo, assim também as mulheres sejam em tudo sujeitas a seus maridos”³¹. Ainda complementa que o chefe da família, a figura masculina, por ser o primeiro criado e que dele se originou a mulher, possui o poder para dar ordens, e cabe a elas acatarem harmoniosamente com amor e doação. Assim “Vós, maridos, amai vossas mulheres, como também Cristo amou a igreja, e a si mesmo se entregou por ela”³². Esta Epístola tenta apresentar um homem e uma mulher com os mesmos direitos e deveres, verifica-se que essa igualdade não é idêntica, porque não se exclui a hierarquia e coloca a mulher ainda em posição de submissão e inferioridade ao homem, tendo que ser honrosa, dócil, amável, cuidadora do marido, do lar e dos filhos.

Frente a tais argumentos apresentados, compreende-se que a construção histórica da masculinidade se fundamenta na religião judaico-cristã, com a concepção de superioridade do homem. Afirmativamente, nas sagradas escrituras, demonstrou-se a origem da vontade divina para colocar o homem no lugar já demarcado como dominante. Esta suprema masculinidade foi sustentada pela Igreja, estimulada pela sociedade dominante monárquica e burguesa, atravessando gerações e permanece até hoje, justificando-se a superioridade do homem em relação à mulher com argumentos divinos.

Atualmente, admite-se que a humanidade chegou enraizada de conceitos que demarcaram o significado supremo do homem como provedor, contudo as novas configurações sociais e a conquista de direitos colocam em xeque o desempenho sexual e identidade masculina para serem repensados e ressignificados. É visível que nas fronteiras da masculinidade se estruturaram e se apresentaram por muito tempo barreiras ao novo, mas para as novas relações estabelecidas pela cultura e globalização, essas barreiras precisam ser

³⁰ Epístola de São Paulo aos Efésios, 2021, Ves. 23.

³¹ Epístola de São Paulo aos Efésios, 2021, Ves. 24.

³² Epístola de São Paulo aos Efésios, 2021, Ves. 25.

quebradas e reconstruídas escadas para inserir a sexualidade de todos os indivíduos, é fato que a própria igreja mudou e está em constante mudança, como também este pensamento precisa ser adaptado aos novos moldes das dinâmicas sociais e ser inserido nos espaços de ensino e socialização.

Para se alterar este percurso histórico, devem-se incutir novos paradigmas no entendimento do discurso religioso, ressignificar e discutir uma masculinidade flexível à mudança de papéis para construção de novas proposições sociais. Para isso é necessário o entendimento da sexualidade por caminhos para além do teológico, mas estruturado pela ciência, pela medicina, pelas relações estabelecidas com a cultura, pela sociedade e pela globalização. A fim de vislumbrar, ainda que no campo das ideias, tal mudança de paradigma, faz-se necessário dialogar com estudiosos de diferentes áreas tais como Foucault (1997) e Freud (1996). Estes apontamentos se encontram descritos na próxima seção.

2.2 Corpo, Sexualidade e Identidade de Gênero na escola brasileira

Por entender que o espaço escolar é um local propício para a construção social do corpo, alicerçado com mecanismos de encontros para materialização da cultura erudita e popular, assim também se torna um lugar para desconstrução de estereótipos e preconceitos, estimulando mudanças de significados que se alteram com o tempo. Na escola é imprescindível o acesso tecnológico à ciência na construção do aparato instrucional que aproxime o espaço, as pessoas, as culturas, as religiões e as diferenças encontradas na sociedade.

No intuito de discutir sobre a noção de sexualidade, Bertol e Mattos (2005)³³ elucidam que, na perspectiva biológica, seus fundamentos são tidos como resultado da evolução, um fenômeno que ocorre de forma natural, segundo o qual o indivíduo deve apresentar um conjunto de características corporais, anatômicas e funcionais para o ato sexual, atrelando-se apenas à reprodução. Nesse sentido, Bertol e Mattos (2005) criticam o saber biológico afirmando que este conceito legitima o sexismo, naturaliza a sexualidade em apenas um viés, sem colocar em foco as subjetividades humanas, escolhas e afinidades.

³³ BERTOL, Carolina Esmanhoto; MATTOS, Amanna Rocha. Oficinas de sexualidade nas escolas: saberes, corpo e diversidade. Florianópolis: ABRAPSO, p. 130-150, 2005.

Segundo Santos e Araújo (2008)³⁴, os argumentos biológicos acabam por sustentar as relações de poder na sociedade e as relações de gêneros estabelecidas entre homens e mulheres, desta forma a sexualidade deve se constituir categoricamente em

análise mais ampla, que considera as relações de poder, os referenciais de classe, as relações entre os gêneros, a diversidade sexual, os aspectos sociais, históricos, políticos, econômicos, éticos, étnicos e religiosos. A sexualidade compreende também os conceitos de linguagem, corpo e cultura.³⁵

A sexualidade se diferencia conceitualmente do sexo, uma vez que para entender a reprodução humana é necessário perceber que os corpos se constituem em aspectos biológicos, sendo viável para os pensadores que a biologia pode adotar o binômio do termo diferenciação de sexos, masculino e feminino, contudo a diferença é sustentada por conceitos que estabelecem uma concepção de corpo explicado por fundamentos puramente biológicos, sem levar em consideração os aspectos sociais, culturais e políticos.

Segundo Senkevics e Polidoro (2012)³⁶, os corpos de homens e mulheres se conceituam por diversificados parâmetros e afirmações deterministas ou biologicistas, contudo, para entender esses elementos que influenciaram a base do pensamento moderno que sustentou o entendimento sobre o pensamento religioso, Laqueur (1990) *apud* Senkevics e Polidoro (2021) relata que as ciências médicas apresentavam o corpo feminino como incompleto, doente e instável. O estudioso afirma que é a partir dessa época em que se insere a noção de espécie bissexuada, através da qual se fundamentava o argumento de que o aparelho sexual feminino era uma versão invertida do aparelho genital masculino, deixando visível que as diferenças anatômicas são utilizadas historicamente, tanto pela ciência, quanto pelo Estado e Igreja para justificar a inferioridade feminina, inserindo-se significados em torno de conceitos segundo os

³⁴ SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos. ARAÚJO, Débora Cristina de. Sexualidade e Gêneros: questões introdutórias. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidades. Curitiba: SEED, p. 13-28, 2008

³⁵ SANTOS e ARAÚJO, 2008, p. 17.

³⁶ SENKEVICHS, Adriano Souza; POLIDORO, Juliano Zequini. CORPO, GÊNERO E CIÊNCIA: na interface entre biologia e sociedade. *Revista da Biologia*, São Paulo (capital), p. 16-21, 2012, Disponível em: https://pdfs.semanticscholar.org/a65f/55268123985b19189530fb812b94bdee542a.pdf?_ga=2.174336162.1843228159.1626449391-529166724.1626449390 Acesso em 26 jun. 2021.

quais a natureza já havia determinado uma ordem baseada pela genitália, e assim cabe apenas à sociedade aceitar sem margem para emprego de práticas desviantes.

Nesse sentido, permite compreender que ora os corpos são definidos como resposta à influência da sociedade e da cultura, ora as práticas sociais resultam das condições nas quais os corpos são percebidos. Diante do exposto, é iniciada a ampla compreensão de gênero, construindo moldes para o corpo masculino e o feminino,

[...] seja por meio de gestos, trejeitos, roupas e comportamentos, seja por processos mais complexos como os estilos de vida almejados, as perspectivas de atuação profissional e as expectativas de relacionamento afetivo-sexual³⁷.

Para os autores, esta compreensão gera a identidade. Assim, deduz-se o termo identidade como processo que é muito mais complexo, sendo significado pela cultura e, continuamente alterado por ela. Contudo, para chegar a este pensamento, a sociedade sofre influências religiosas, políticas e culturais. Segundo Ziles (2009)³⁸ o pessimismo sexual tem origem cristã, em contra resposta ao paganismo dos filósofos gregos, das escolas estoicas e do gnosticismo. Os pilares da igreja se estruturam sobre o terreno do domínio e repressão do corpo, o sexo destinava-se para reprodução que constitui a razão da vida cristã, que é “crescei e multiplicai-vos”³⁹. A Igreja se responsabiliza em controlar a sexualidade, atribui ao corpo um lugar de pecado e os atos desviantes são parte da maldade demoníaca.

Assim prevalecem dois aspectos fundamentais na moral sexual cristã: a justificação da sexualidade apenas em vista da procriação e a compreensão da virtude da castidade como continência. Por isso, cedo entre os cristãos passa-se a acentuar a opção pela virgindade como sucedâneo do martírio, desvalorizando-se, não raro, o matrimônio como estado menos perfeito.⁴⁰

³⁷ SENKEVICS e POLIDORO, 2012, p. 19.

³⁸ ZILLES, Urbano. Visão cristã da sexualidade humana. Teocomunicação, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 336-350, set./dez., 2009. Disponível em: file:///C:/Users/GTI/Downloads/7693-Texto%20do%20artigo-26540-1-10-20101013.pdf. Acesso em: 20 mai. 2021.

³⁹ BÍBLIA, 2008, Gên.1.28

⁴⁰ ZILLES, 2009, p. 338.

Para Coelho (2014), o sexo, na era medieval, esteve diretamente ligado ao pecado, à maldade e à sujeira. Por conseguinte, eram enaltecidos nas sagradas escrituras e introduzidos no seio social o celibato e a virgindade. Esse discurso se multiplica e consolida-se graças ao crescimento da religião católica em toda Europa, unindo-se a vários impérios para exploração do povo e das riquezas. Assim, tanto a Igreja quanto a monarquia não medem esforços para incutir noções de medo e castigo, materializados pela promessa do inferno e do juízo final na população. É visível que o cristianismo, em seu início, passando por todo período medieval, não considerava a sexualidade como algo positivo. Construíram-se fundamentos repressores e normatizadores da sexualidade, liberado apenas para o casamento e a procriação. Segundo Cameron (1993) *apud* Coelho (2014)

Os Padres da Igreja – no tempo de Agostinho e Jerônimo – tinham uma visão negativa a respeito das mulheres, pois os mesmos reconheciam no sexo feminino a fonte de tentação para os homens e muitos autores eclesiásticos não somente viam o sexo, mas o casamento como algo pecaminoso. Assim, a desigualdade entre os sexos foi fundamentada na criação dos corpos do gênero humano pela divindade; existia na sociedade cristã uma hierarquia ou assimetria entre homem e mulher.⁴¹

Conforme nos mostra Coelho (2014), todo medievo esteve marcado pela ambivalência, a igreja pregando autoritariamente a moral sexual e em contramão o povo se entregava às paixões carnisais, tanto os nobres, quantos os clérigos como a população comum. Frente à transformação do mundo medieval para sociedade capitalista, ocorre a repressão de maneira mais excessiva da sexualidade, uma vez que este mesmo povo necessitava de uma energia extraordinária para o mundo do trabalho. Apontamentos de Nunes (1987) enfatizam que o capitalismo deveria incutir na sociedade a repressão da “... energia sexual para que esta fosse usada nas máquinas, no trabalho. O princípio do prazer é domado e regulado em nome do princípio da realidade que no mundo burguês é o trabalho escravizante e alienado”⁴². Iniciam-se movimentos de controle de natalidade, a

⁴¹ CAMERON, 1993, p. 80 *apud* COELHO, Fabiano de Sousa. O monge Jerônimo e o bispo Agostinho em torno da controvérsia religiosa Jovinianista. Revista *Jesus histórico*, v. VII, n. 13, 2014. p. 48.

⁴² NUNES, 1987, p.92

grande massa trabalhadora é vista como perigosa e os capitalistas procuravam diminuir o quantitativo humano proletário.

A Idade Moderna capitalista é influenciada pelo pensamento mecanicista de Descartes⁴³*apud* Coelho. Descartes descreve o corpo humano com uma configuração de máquina, atribuindo-lhe conceitos de mensuração e objetividade, compara que qualquer máquina necessita acumular e desenvolver energia para ter a máxima eficiência, assim justifica que a masturbação e a poluição noturna devem ser reprimidas porque proporcionam grandes males para o trabalho fabril. Para Chauí⁴⁴(1991) a repressão sexual é motivada pela Igreja com discursos de atos infratores, cujo castigo final é o inferno. Na era da modernidade, esta repressão atrelada ao discurso científico ganha uma nova roupagem de padronização de comportamentos sexuais colocando-os como anormais e doentios. Vejamos nas palavras de Chauí (1991):

[...] a poluição noturna era considerada perigosa, a masturbação era intolerável [...] os masturbadores habituais têm as mãos úmidas e frias, bem características de exaustão vital; dormem pouco e logo sobrevém o marasmo completo, vão definhando pouco a pouco se a paixão má não foi vencida, instala-se a exaustão nervosa, com contrações espasmódicas, movimentos parcial ou inteiramente convulsivos, conjugados com epilepsia, eclâmpsia e uma espécie de paralisia acompanhada de contração dos membros.⁴⁵

Estudos de Foucault⁴⁶(1997) discorrem sobre a ciência sexual, relacionam que no final do século XVIII, e decorrer dos séculos XIX e XX, criam-se disciplinas científicas e técnicas que estudam o comportamento sexual humano. Nestas áreas de conhecimentos, encontram-se a pedagogia, medicina, direito, economia, demografia, psiquiatria, psicanálise... Estudos sobre a ciência sexual teriam o objetivo de limitar o prazer humano para que não conduza a sociedade à loucura ou à morte.

⁴³ Filósofo e matemático, sendo um dos pensadores mais importantes do período moderno, pela relevância de seus estudos, é considerado o fundador da filosofia moderna e pai da matemática moderna.

⁴⁴ CHAUI, Marilena. *Repressão sexual*. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

⁴⁵ CHAUI, 1991, p. 152.

⁴⁶ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*, v. 1. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

De fato, era uma ciência feita de esquivas, já que, na incapacidade ou recusa em falar do próprio sexo, referia-se sobretudo às suas aberrações, perversões, extravagâncias excepcionais, anulações patológicas, exasperações mórbidas. Era, também, uma ciência essencialmente subordinada aos imperativos de uma moral, cujas classificações reiteraram sob a forma de normas médicas. A pretexto de dizer a verdade, em todo lado provocava medos; atribuía às menores oscilações da sexualidade uma dinastia imaginária de males fadados a repercutirem sobre as gerações; afirmou perigosos à sociedade inteira os hábitos furtivos dos tímidos e as pequenas e mais solitárias manias; no final dos prazeres insólitos colocou nada menos do que a morte: a dos indivíduos, a das gerações, a da espécie.⁴⁷

Segundo Foucault é passada de geração a geração a ideia de que, para o indivíduo falar sobre a verdade do sexo, a única prática seria através da confissão, esta institucionalizada pela Igreja, desde o concílio de Latrão em 1123, e perdura até os dias de hoje. Assim, o sacerdote, o psicanalista, o torturador através da religião, medicina, direito e pedagogia buscavam extrair as verdades sexuais pelos sonhos, pecados, fantasias, crimes e psicopatologias. Essas ciências, ao descrever a sexualidade, eram mecanismos de poder, controle e repressão da mesma. A visão do corpo, sensações, prazer, anatomia, dispositivos estavam colocados para análise pelas instâncias, como a igreja, as instituições escolares, a medicina e a ciência. A regra era posicionar os indivíduos para confissão religiosa. Verificou-se que neste período surge uma nova forma de repressão sexual, não exclusiva da Igreja, mas da ciência, que assume as ideologias do capitalismo, que coloca o corpo humano como mecanizado, para o trabalho, de forma a reprimi-lo sexualmente e com poucas possibilidades emocionais para não se gastar energia em potencial.

Partindo-se da visão relativista e colocando o termo sexualidade como manifestação particular de cada tempo e regionalidade, é entendido que ela não é estática, mas dinâmica e multiforme. O enfoque freudiano ampliará a compreensão da temática para além da genitália sexual, religiosidade, patologia ou mecanicismo. Desta forma, Freud (1996)⁴⁸ traz uma nova concepção sobre o ser humano, assemelhando-o aos animais, na compreensão de que os instintos ou

⁴⁷ FOUCAULT, 1997, p.53-54.

⁴⁸ FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a sexualidade. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud (1905). Vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

impulsos operam na busca pelo prazer. Para ele, não existe um comportamento casual, pois os comportamentos são determinados por forças alheias à consciência. Assim o prazer do indivíduo encontra-se em conflito com as exigências e frustrações sociais. Ao destacar a homoafetividade, defende o prazer pelo caminho da pulsão, e ainda afirma: “a disposição para a perversão não é algo raro e singular, mas uma parte da chamada constituição normal”⁴⁹.

Para ele existem muitas formas de se obter satisfação e na natureza uma classificação que enquadre ou condicione o ato sexual ainda não existe. Mas considera pervertidos os comportamentos psicosssexuais que denotam desvios do ato sexual normal para atingir o êxtase utilizando-se de outros objetos sexuais ou outras zonas corporais. Ainda discute amplamente sobre a existência da sexualidade infantil, atuante no início da vida da criança. Esta discussão vem subverter a pureza, ingenuidade e angelical infância e apontar uma sexualidade infantil latente, reconhecendo as excitações e necessidades genitais precoces. A teoria de Freud (1996) discorre sobre uma sexualidade subversiva, em sua obra em que analisa o conceito da pulsão e não como instinto, a perversão polimorfa mostra que as aberrações sexuais ontogenéticas são predispostas pela filogenética, e a sexualidade infantil alarga o conceito de criança, expulsando-a do paraíso para atuar no cenário sexual utilizando-se de fantasias, desejos, satisfação e o prazer.

Frente ao amplo argumento sobre sexualidade e a influência da cultura, modelando conceitos, no percurso histórico da sociedade, compreender a sexualidade nas unidades escolares, no âmbito da formação humana, é possível observar que os/as estudantes estão expostos/as ao universo adulto. Para isso, a instituição educativa deve voltar o olhar para os fundamentos inseridos ideologicamente, tanto do projeto pedagógico de curso, quanto no corpo administrativo, docente e discente. Contudo, de acordo com o pouco ou equivocado entendimento sobre o tema, associado às ideologias fundamentalistas, que não compreendem a sexualidade como uma invenção social, constituída historicamente, a partir destes múltiplos discursos apresentados e que regulam, normatizam, desenvolveram saberes em verdades absolutas sobre o sexo, sexualidade, prazer, a figura masculina, o elemento dominante e o dominado, a escola tende a pensar que o indivíduo não pode apresentar desvios de conduta.

⁴⁹ FREUD, 1996, p. 71.

Segundo Ecco⁵⁰ (2008) os conceitos e pautas ideológicas da igreja, inseridos estruturalmente na sociedade e nas escolas, tiveram a missão de disseminar concepções sobre as relações sociais que perduram até a atualidade: “no seio de nossa cultura, as ideias religiosas permanecem com grande peso, e em todas as expressões religiosas oriundas da tradição cristã há muita ênfase na manutenção da supremacia masculina”⁵¹.

De acordo com Louro (2000), ao materializar a identidade do indivíduo, o corpo está presente em todos os espaços da escola, potencializam-se habilidades, conhecimentos e atitudes, ele é dinâmico, interage com o outro, manifesta a sua sexualidade, expressa dor, alegria, cansaço e fluidez.

Nossos corpos constituem-se na referência que ancora, por força, a identidade. E, aparentemente, o corpo é inequívoco, evidente por si; em consequência, esperamos que o corpo dite a identidade, sem ambiguidades nem inconstância. Aparentemente se deduz uma identidade de gênero, sexual ou étnica de "marcas" biológicas; o processo é, no entanto, muito mais complexo e essa dedução pode ser (e muitas vezes é) equivocada. Os corpos são significados pela cultura e, continuamente, por ela alterados.⁵²

A escola, enquanto instância de formação, pode reproduzir metodologias que acabam negando uma formação educativa para a sexualidade, amparando-se em contextos religiosos para impedir ou reprimir o desejo humano no espaço escolar. Para Louro (2008) e Borges *et al.* ⁵³ (2013), a sexualidade é uma construção histórica e social, a qual “depende da cultura e das relações sociais estabelecidas, o que possibilita pensar em diferentes formas de viver e de construir identidades de gênero e sexuais”⁵⁴. É fato que a vivência da sexualidade está presente em todas as relações sociais, por isso entende-se como desdobramento a necessidade de uma educação sexual na escola, mas que considera a sua história, que tenha criticidade e que analise os resquícios da visão biologista nos currículos, para assim pensar em uma postura educativa capaz de

⁵⁰ ECCO, Clóvis. A Função da Religião na Construção Social da Masculinidade. Revista da Abordagem Gestáltica, Goiás: v. 14, n.1, p. 93-97, jan-jun, 2008.

⁵¹ ECCO, 2008, p. 93.

⁵² LOURO, 2000, p. 08.

⁵³ BORGES, Lenise S., CANUTO, Alice de A. A., OLIVEIRA, Danielle P. e VAZ, Renatha P. Abordagens de gênero e sexualidade na psicologia. Em Psicologia: Ciência e Profissão, 2013.

⁵⁴ BORGES *et. al*; 2013, p.734.

contribuir para o respeito à diferença e a garantia dos direitos, ao serem negados nos planos de ensino e projetos pedagógicos. Seguindo esse viés, as leis, elementos reguladores e as três versões da BNCC, sobre os conceitos e procedimentos que direcionam os saberes pedagógicos tanto da Educação Básica, quanto da disciplina de Ensino Religioso sobre sexualidade e identidade de gênero e, ainda, com o intuito de gerar conceitos assertivos para sustentar o direito da criança à compreensão da sua sexualidade, devem promover o entendimento de que os indivíduos são sexuados e historicamente constituídos pelas relações estabelecidas pelo universo social, político, religioso e cultural vivenciado.

Considerações Finais

Como visto, o termo sexualidade faz parte da vida humana, como também está presente nas relações sociais, na vida pública e interfere no acesso aos direitos. A escola e seu corpo docente precisam estar atentos/as às oportunidades para ampliarem a discussão da temática e levar conceitos sobre gênero, identidade e sexo para dentro dos conteúdos curriculares nas unidades de Ensino de Educação Básica. Compreende-se que tal ação é inserida num terreno conflituoso, gerador de controvérsias e ainda emoldurado pelo viés canônico, que estruturou a base moral do pensamento conservador da sociedade brasileira. Todavia o entendimento desses conceitos é necessário para estabelecer uma comunicação com os/as estudantes, devendo-se operar pela conversa, sob um clima de intimidade e confiança.

Ao estudar como o pensamento judaico-cristão fomentou a sociedade brasileira, o patriarcado e a padronização da sexualidade percebeu-se que este modelo foi passado pelas gerações através dos ensinamentos bíblicos e associados à manutenção de poder tanto da monarquia, quanto da burguesia, reprimindo a sexualidade, mas sendo praticada no submundo, ficando visível que a supremacia masculina estrutura-se pela difusão religiosa e direciona uma sociedade que não tem tolerância à diversidade e à feminilidade.

Referente aos conceitos de corpo, sexualidade e identidade de gênero compreendeu-se que os argumentos foram influenciados pela religião, ciências médicas, pela psicologia, pelo capitalismo e não inseridos nas instituições escolares. Essa falta de orientação proposital faz parte do projeto de dominação corporal para o mercado de trabalho. Tal postura tinha o foco de impor o pensamento sobre a castidade humana e fazer com que os indivíduos guardassem energia

para o trabalho fabril. Contudo, como a sexualidade está diretamente atrelada à felicidade e ao reconhecimento das subjetividades do indivíduo, pode acarretar uma grave doença na alma dos seres, entristecendo sua vida e tendo pouco rendimento no trabalho.

Com isso, a instituição escolar precisa ser reestruturada em uma nova configuração, principalmente a disciplina de Ensino Religioso, pois a própria configuração da sociedade mudou e o espaço escolar e os saberes disciplinares necessitam superar esse grande desafio em torno da inclusão de gênero e discutir as diversificadas sexualidades humanas.

Para a consolidação do ensino com bases da sexualidade humana e identidade de gênero no país, cabe ao educador participar de formações que compreendam os seres humanos como indivíduos livres e conscientes de si no convívio social, criando suas próprias estratégias de ensino para fomentar na sala aula comportamentos em torno do respeito à integridade sexual, à equidade dos gêneros e as diversificadas expressões da sexualidade estudantil.

Referências

- ALMEIDA, Jane Soares; GOMES, Calil Siqueira. *De Eva a Maria: a Igreja e o matrimônio católico - educação religiosa e normas de conduta para mulheres*. Série-Estudos. [S.l.], p.253-264, dez. 2013.
- ASSIS, Anne Caroline Moraes de; MUNERATTO, Bruno Gustavo. *Gení apedrejada, Madalena arrependida e Maria santificada: relações entre a misoginia no imaginário cristão e o respaldo ideológico na perpetuação da violência contra a mulher*. Revista Diálogos Acadêmicos, v. 2, n. 2, jul./dez. 2013.
- BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1985.
- BÍBLIA, Sagrada Bíblia Católica. Trad. José Simão. São Paulo: Sociedade Bíblica de Aparecida. 2008. Lc,1:38.
- BERTOL, Carolina Esmanhoto; MATTOS, Amanna Rocha. *Oficinas de sexualidade nas escolas: saberes, corpo e diversidade*. Florianópolis: ABRAPSO, p. 130-150, 2005.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL, República Federativa do. *CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL*. 1988a. disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 mai. 2021.

BRASIL, República Federativa do. *LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 20 mai. 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNC). *Consulta Pública*. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2015. Disponível em:

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios-analiticos/BNCC-APRESENTACAO.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). *Segunda versão revista*. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2016. Disponível em:

<http://www.basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios-analiticos/bncc-2versao.revista.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). *Educação é a Base*. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_1105_18_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 02 mar. 2021

BLACKHAM, Harold John. *A religião numa sociedade moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

BORGES, Lenise S., CANUTO, Alice de A. A., OLIVEIRA, Danielle P. e VAZ, Renatha P. *Abordagens de gênero e sexualidade na psicologia*. Em *Psicologia: Ciência e Profissão*, 2013.

CHAUÍ, Marilena. *Repressão sexual*. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

CHOURAQUI, André. *Os homens da Bíblia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COELHO, Fabiano de Sousa. O monge Jerônimo e o bispo Agostinho em torno da controvérsia religiosa Jovinianista. *Revista Jesus histórico*, v. VII, n. 13, 2014.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *O futuro do Estado*. São Paulo: Saraiva, 2007.

DURKHEIM, Émile. *As formas Elementares da vida Religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. ECCO, Clóvis. *A Função da Religião na Construção Social da Masculinidade*. *Revista da Abordagem Gestáltica*, Goiás: v. 14, n.1, p. 93-97, jan/jun, 2008.

ECCO, Clóvis. *A Função da Religião na Construção Social da Masculinidade*. *Revista da Abordagem Gestáltica*, Goiás: v. 14, n.1, p. 93-97, jan-jun, 2008.

EPÍSTOLA de São Paulo aos Efésios. Cap. 5, vers. 21-33. Disponível em: <http://www.di.ubi.pt/~jpaulo/biblia/Efesios.htm>. Acesso em: 14 mai. 2021.

- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*, v. 1. Rio de Janeiro: Graal, 1997.
- FREUD, Sigmund. *Três ensaios sobre a sexualidade*. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud (1905). Vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- GASTALD, Renata Maioli Rodrigues; e SILVA, Rafael Bianchi. *DE ADÃO A EVA: a construção da masculinidade a partir do discurso do cristianismo*. Instituto Federal do Paraná. V. 3. 37. n^o 2. Curitiba: Revista Mundi Sociais e Humanidades. jan/jun. 2018.
- JUNQUEIRA, S. R. A. *O processo de escolarização do ensino religioso no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 220.
- LEMONS, Fernanda. *A Representação Social da Masculinidade na Religiosidade Contemporânea*. São Paulo: Revista do Grupo de estudos de Gênero e Religião Mandrágora/ Netmal. v. 1, p 7-17 In Revista, 2008.
- LOURO, Guacira Lopes et. all. *O CORPO EDUCADO: pedagogias da sexualidade*. 2^a Ed. Belo Horizonte: Autêntica. 2000.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- MARTINS, Ana Paula Vosne. *Bondade, substantivo feminino: esboço para uma história da benevolência e da feminização da bondade*. *História: Questões & Debates*, v. 59, n. 2, Dez, 2013.
- MONTEIRO, Solange Aparecida de Souza. RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. *Sexualidade e Gênero na atual BNCC: possibilidades e limites*. *Pesquisa e Ensino*, Barreiras, v. 1, e202011. 2020.
- NARDI, Henrique Caetano et al. *Diversidade sexual e relações de gênero nas políticas públicas: o que a laicidade tem a ver com isso?* Porto Alegre: Deriva/ Abrapso, 2015.
- NUNES, César Aparecido. *Desvendando a Sexualidade*. Campinas: Papirus, 1987.
- SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos. ARAÚJO, Débora Cristina de. *Sexualidade e Gêneros: questões introdutórias*. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidades. Curitiba: SEED, p. 13-28, 2008
- SENKEVICS, Adriano Souza; POLIDORO, Juliano Zequini. *CORPO, GÊNERO E CIÊNCIA: na interface entre biologia e sociedade*. *Revista da Biologia*, São Paulo (capital), p. 16-21, 2012, Disponível em: https://pdfs.semanticscholar.org/a65f/55268123985b19189530fb812b94bdee542a.pdf?_ga=2.174336162.1843228159.1626449391-529166724.1626449390. Acesso em 26 jun. 2021.
- SILVA, Caio Samuel Franciscati; BRANCALEONI, Ana Paula Leivar; OLIVEIRA, Rosemary Rodrigues de. *Base Nacional Comum Curricular e diversidade sexual e de gênero: (des) caracterizações*.

Revista Ibero-americana de Estudos em Educação. Araraquara. v. 14, n. esp. 2. jul/2019.

SOUZA JÚNIOR, Paulo Roberto. A Questão de Gênero, Sexualidade e Orientação Sexual na atual Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Movimento LGBTTQIS. *Revista de Gênero, Sexualidade e Direito*. v. 4, n. 1, jan/jun. 2018. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/210565157.pdf>. Acesso em 08 set. 2020.

TAILÂNDIA, Conferência de Jomtien. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos*: Aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Acesso em: 25 jun. 2021.

ZILLES, Urbano. *Visão cristã da sexualidade humana*. Teocomunicação, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 336-350, set./dez., 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/GTI/Downloads/7693-Texto%20do%20artigo-26540-1-10-20101013.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2021.